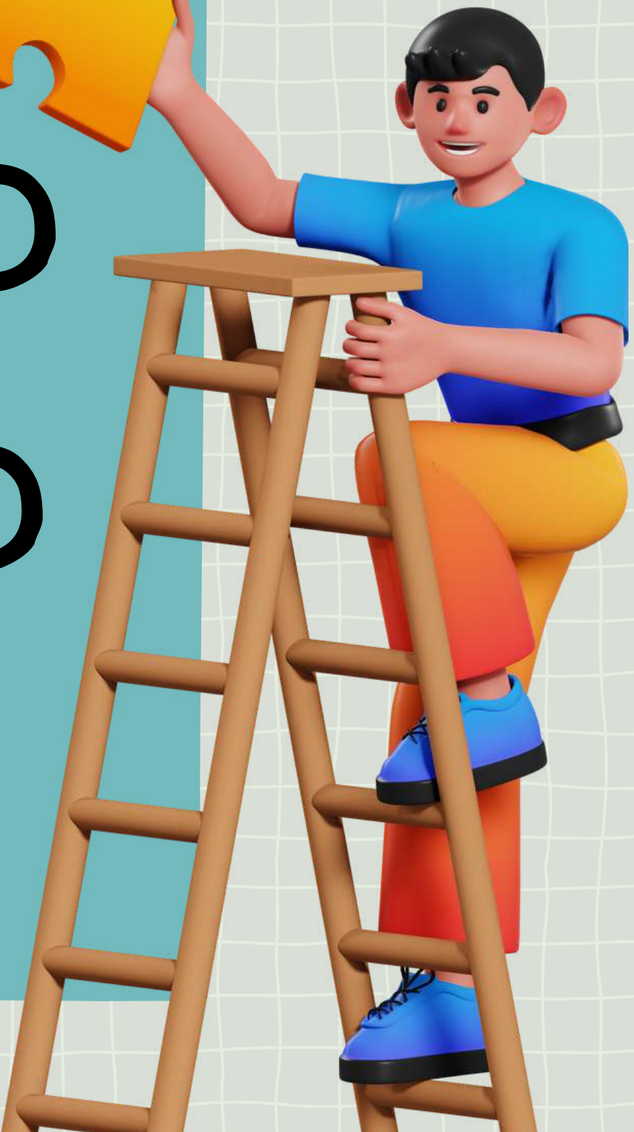
Governo do Estado de Rondônia

Contabilidade Geral do Estado

COGES

2022

BALANÇO CIDADÃO



GOVERNADOR

Marcos José Rocha dos Santos

VICE-GOVERNADOR

Sérgio Gonçalves da Silva

CONTADOR GERAL

Jurandir Cláudio Dadda

CONTADORA GERAL ADJUNTA

Luana Luiza Gonçalves de Abreu Hey

DIRETORA CENTRAL DE CONTABILIDADE – DCC

Laila Rodrigues Rocha Guerra

DIRETOR DE NORMATIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO FISCAL – DNAF

Ednaldo Gomes de Paiva Sodré

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTI

Fábio Heleno Costa

Elaboração

CONTADORIA CENTRAL DE ANÁLISE DE DEMONSTRATIVOS CONTÁBIL - FINANCEIROS

Laila Rodrigues Rocha Guerra - Diretora Central

Suze Lane de Assunção - Contadora Central

Daiane Aguiar Lopes Maia Pinto - Assistente Contábil

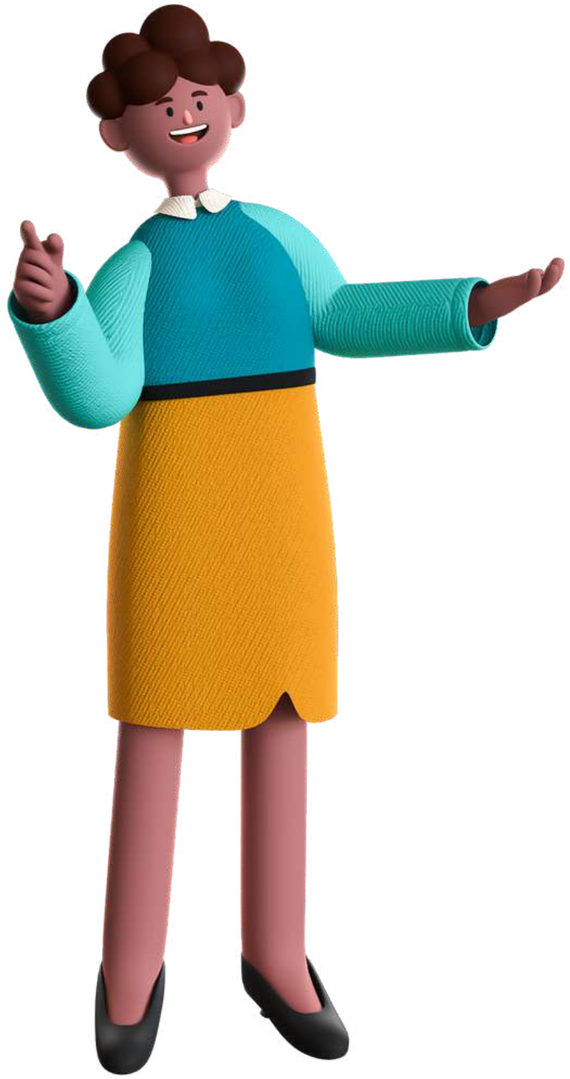
Elisangela Viriano de Oliveira - Assistente Contábil

Revisão

Sâmia Priscila Soares de Souza - Contadora Central de Normas e Treinamentos

Leandro de Lima Martins - Contador Central de Conformidade Contábil

SUMÁRIO



6 O que é prestação de contas?

7 Conhecendo Rondônia

8 Organização do Estado

9 O que é orçamento público?

11 Quanto foi arrecadado?

12 Quais as principais receitas arrecadadas?

13 Transferências constitucionais e legais

26 Dívida pública

27 Qual foi o resultado apurado?

28 Superávit financeiro

30 Vamos construir um Estado melhor?

É com muita honra que o Governo do Estado de Rondônia lança mais uma edição do Balanço Cidadão, cujo propósito é divulgar de forma simplificada os valores recebidos e aplicados pelo Estado no exercício financeiro de 2022.

O objetivo é apresentar a você, cidadão rondoniense, um instrumento de fácil compreensão, com linguagem clara e objetiva, sobre a administração transparente dos recursos públicos e auxiliá-lo no controle e na fiscalização dos valores aplicados nas áreas principais: Saúde, Educação, Segurança e Assistência Social.

Excelente leitura!

Contabilidade Geral do Estado

O que é Prestação de Contas?

Prestar Contas é um dever de todo administrador público, conforme definido no Artigo 70, parágrafo único da Constituição Federal.

“Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos (...)”.

A publicação do Relatório da Prestação de Contas em sua versão simplificada, aqui denominado "Balanço Cidadão" tem o objetivo de atender ao que dispõe o Art. 48, da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

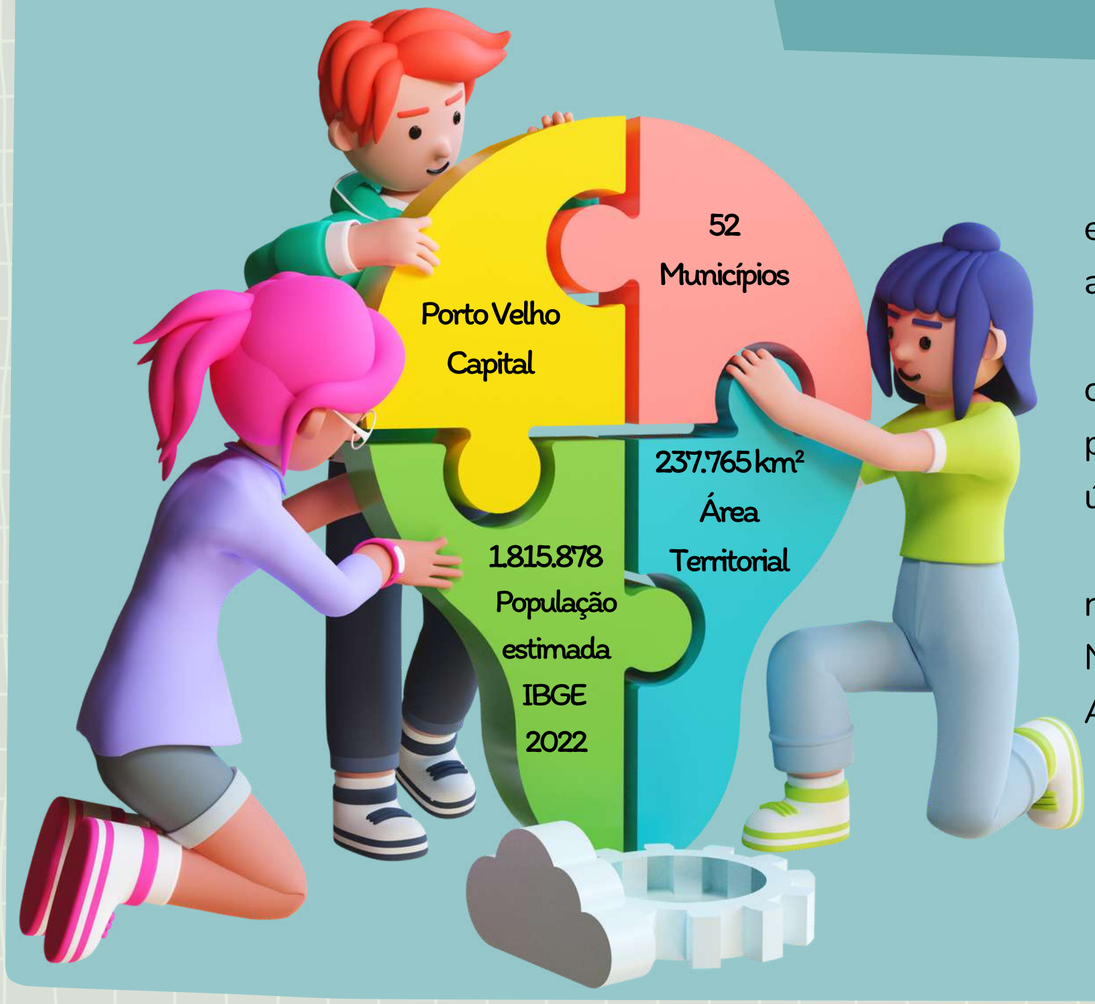
“Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos".

Por meio da Prestação de Contas Anual, a sociedade toma conhecimento de como os recursos públicos foram aplicados, assegurando a transparência e a responsabilidade na administração pública.

Deste modo, com o objetivo de entender como funciona a administração dos recursos públicos, convidamos você, cidadão rondoniense, a conhecer melhor as finanças de Rondônia.

Esse exercício é muito importante para aprimorar o entendimento da máquina pública e reforçar as ações de acompanhamento da gestão e de controle social, pois, quanto mais conhecemos o funcionamento do Estado, mais nos tornamos cidadãos conscientes do nosso papel na sociedade.

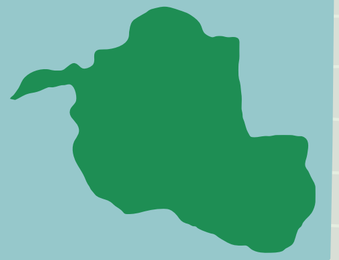
Conhecendo Rondônia



Rondônia é um estado da região Norte do Brasil e faz limites com os estados de Mato Grosso a leste, Amazonas a norte, Acre a oeste e a Bolívia a oeste e sul.

O cenário econômico é caracterizado pelas atividades agropecuárias, com destaque para a produção de carne bovina e de soja. O número de plantações de grãos no estado vem aumentando significativamente nos últimos anos, assim como a criação de gado de corte.

Em termos de participação no PIB, Rondônia ocupou a 22ª posição em relação as demais Unidades da Federação. Já entre os estados da região Norte, Rondônia ocupou a terceira posição, atrás apenas do Pará e Amazonas.



Organização do Estado

Poder Executivo

Responsável direto por executar as leis, observando as normas vigentes, além de propor planos de ação e administrar os interesses públicos.

Poder Judiciário

Responsável por interpretar as leis e julgar os casos de acordo com as regras constitucionais.

Poder Legislativo

Responsável por elaborar e aprovar as leis, além de fiscalizar a execução das mesmas pelo Executivo.

O Estado de Rondônia está organizado da seguinte maneira:

Poder Executivo: constituído pela Administração Direta, Indireta, Fundos, Fundações e Autarquias;

Poder Legislativo: representado pela Assembleia Legislativa;

Poder Judiciário: representado pelo Tribunal de de Justiça;

Além desses, existe também o Ministério público, órgão autônomo que não pertence a nenhum dos três poderes e que tem o papel de atuar na defesa da democracia e dos interesses sociais. E a Defensoria Pública, órgão estatal que cumpre o dever constitucional do estado de prestar assistência jurídica integral e gratuita à população que não tenha condições financeiras de pagar as despesas com esses serviços.

Ademais, destaca-se o Tribunal de Contas, órgão autônomo, que faz parte do Poder Legislativo, é responsável pela fiscalização da aplicação dos recursos públicos por parte dos governantes.

O que é Orçamento Público?

O orçamento público é o instrumento de planejamento que detalha a previsão dos recursos a serem arrecadados (impostos e outras receitas estimadas) e a destinação desses recursos (ou seja, em quais despesas esses recursos serão utilizados) a cada ano. Ao englobar receitas e despesas, o orçamento é peça fundamental para o equilíbrio das contas públicas e indica as prioridades do Governo para a sociedade.

O planejamento do setor público estadual é elaborado a partir de três instrumentos (Leis), conforme determina a Constituição Federal de 1988.

Plano Plurianual (PPA)

Traça as diretrizes, os objetivos e as metas para os próximos quatro anos.

- Estratégias e Metas
- 4 anos
- PPA 2020-2023 - Lei nº 4.647/2019

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Estabelece metas e prioridades para o orçamento do próximo ano.

- Regras e Prioridades
- Para o ano seguinte
- LDO 2022 - Lei 5.073/2021

Lei Orçamentária Anual (LOA)

Estima quanto o Estado espera arrecadar (receitas) no ano seguinte e como aplicará os valores recebidos (despesas).

- Estima Receita e Fixa Despesas
- Para o ano seguinte
- LOA 2022 - Lei 5.246/2022

Toda política pública deve estar prevista no Orçamento.

Orçamento de Rondônia em 2022

O orçamento público é aprovado pela Assembleia Legislativa por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA, que demonstra as receitas previstas e as despesas fixadas para determinado ano.

O orçamento de 2022 foi aprovado pela Lei nº 5.246, de 10 de janeiro de 2022, o qual estimou a receita e fixou a despesa do Estado de Rondônia no valor de R$10.008.854.374,00 (dez bilhões, oito milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil e trezentos e setenta e quatro reais).

Quanto foi arrecadado?

Para prestar serviço a sociedade é necessário saber quanto o Estado disporá de recursos durante o exercício, para isso é realizada a programação orçamentária, na qual prevê as receitas que serão arrecadas, com impostos, taxas e outras receitas.

Em 2022, a previsão atualizada da receita bruta[1] foi de R$ 10,008 bilhões, na qual foi aprovada na Lei Orçamentária Anual (LOA).

A maior parte da receita estadual foi arrecadada pelo Poder Executivo, que é o responsável por repassar uma parcela dos recursos para os demais Poderes e Órgãos Autônomos, por meio dos duodécimos.

+ 14,24%
De 2021 para 2022
Acréscimo de R$ 2,289 bilhões

Arrecadação Bruta

2022	2021
R$ 16,076 bilhões	R$ 13,786 bilhões

[1]A receita bruta corresponde aos recursos que o Estado arrecada antes de considerar as respectivas deduções, como, por exemplo, os valores repassados aos municípios, o FUNDEB e demais deduções.

Quais as principais receitas arrecadadas?

Os impostos são as principais receitas do Estado, em 2022, a arrecadação totalizou R$ 7,169[2] bilhões, representando 49% do total arrecadado.

Abaixo é possível observar o percentual por tipo de imposto.

- 83,91% ICMS
- 8,66% IR
- 7,04 % IPVA
- 0,39% ITCMD

ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e comunicação;
IR - Imposto de Renda Retido na Fonte;
IPVA - Imposto sobre Propriedades de Veículos;
ITCMD - Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação Automotores

Além dos impostos, há outras receitas que compõe a arrecadação estadual, na qual podemos destacar as Transferências Correntes Recebidas que nesse exercício somou o total de R$ 6,382 bilhões.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS

- **Da União e de suas Entidades**
  R$ 5 bilhões
- **Dos Estados e do Distrito Federal**
  R$ 884 milhões
- **Dos Municípios e de suas Entidades**
  R$ 3,939 bilhões
- **De Instituições Privadas**
  R$ 1,634 bilhões
- **De Outras Instituições Pública**
  R$ 1,375 bilhões
- **De Pessoas Físicas**
  R$ 26.000 mil

[2] Receita bruta correspondente aos recursos arrecadados antes das deduções (valores repassados aos municípios e o FUNDEB).

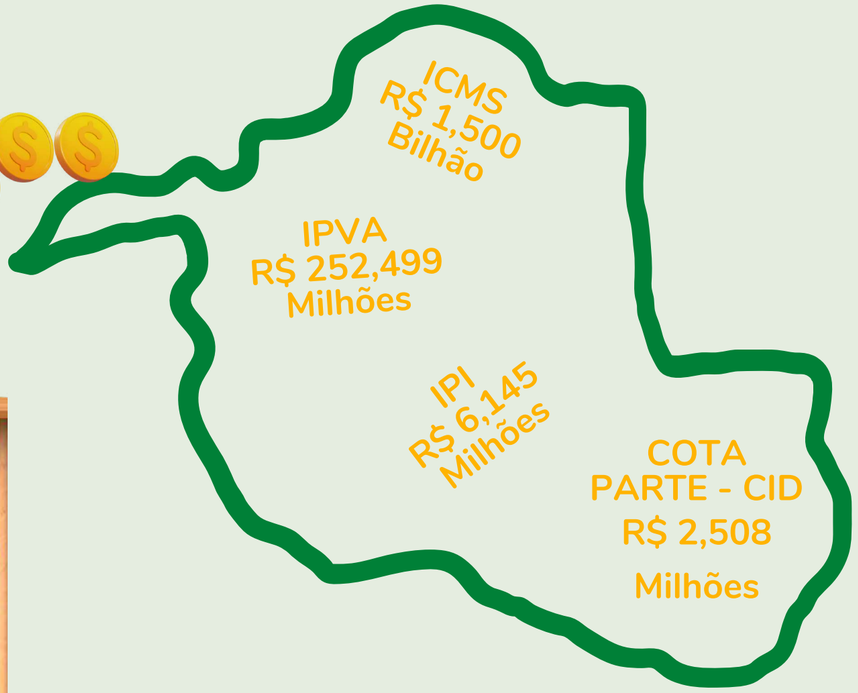
Transferências Constitucionais e Legais

Parte dos valores arrecadados pelo Estado não ficam em seus cofres, devendo ser repassados aos Municípios, ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB e ainda para os Poderes e Órgãos autônomos, conforme legislação vigente, (transferências constitucionais ou legais).

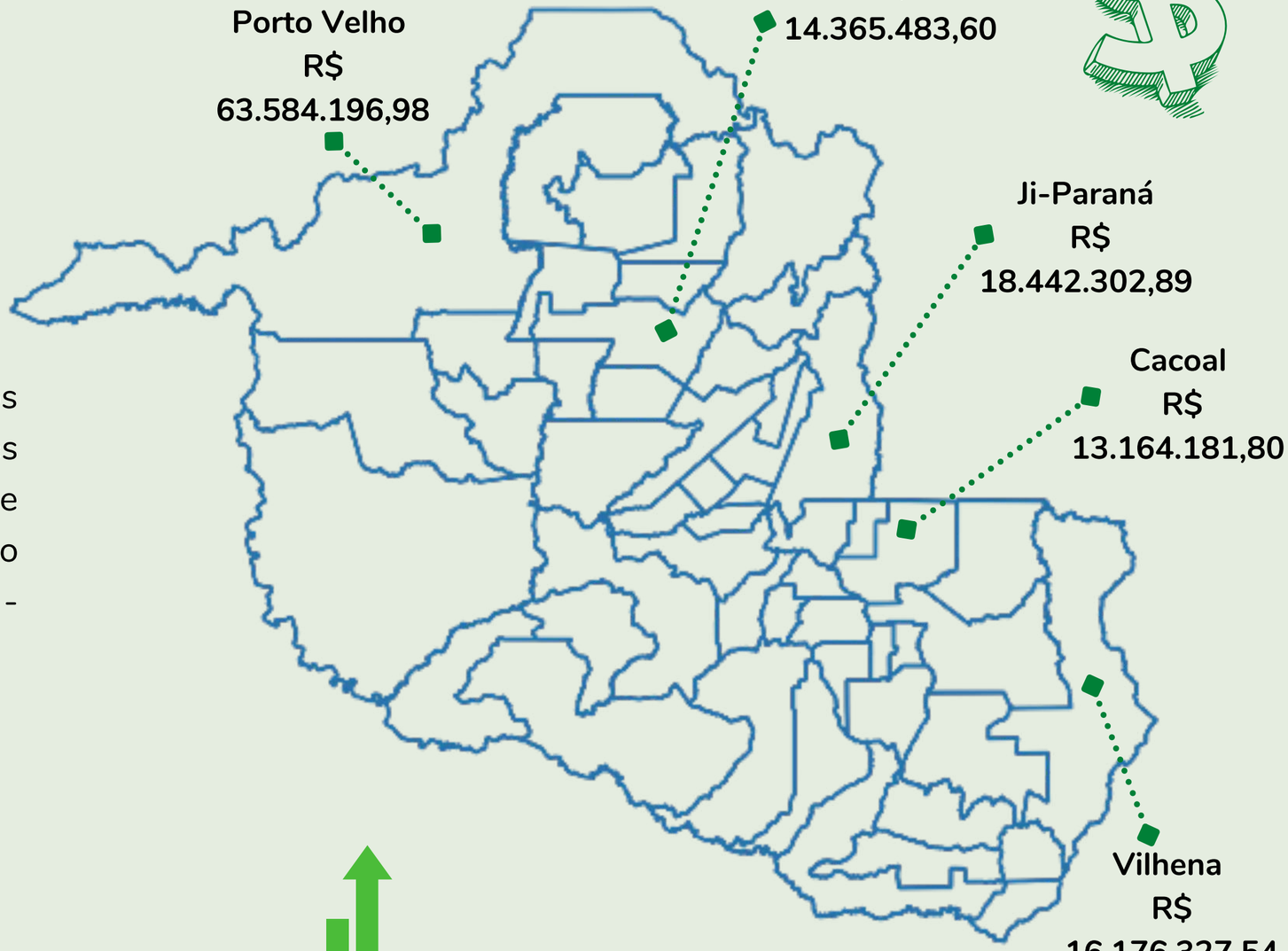
Transferências para os Municípios

Todos os meses o Estado de Rondônia tem a obrigação de repassar aos seus 52 municípios parte dos valores arrecadados com ICMS e IPVA.

Além de repassar essas receitas, o Estado também precisa dividir com os municípios parte dos valores que recebe da União referentes ao FPM; Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações– IPI Exportação; Cota-Parte CIDE e Receita da dívida ativa tributária, juros e multas relativas aos impostos acima relacionados.



Para o IPVA, os valores são repassados diariamente pelos próprios agentes arrecadadores para as contas descritas no Anexo 7 do Manual de Arrecadação, conforme município informado no Documento de Arrecadação das Receitas Estaduais - DARE.



As informações referentes ao repasse de IPVA constam publicadas no site da SEFIN
Processo Sei nº 0088.000278/2023-69

ICMS

Para o ICMS, os valores são repassados diariamente pelo Núcleo de Controle da Arrecadação para a conta do FPM (5591-3), cuja distribuição ocorre semanalmente e de maneira automática pelo Banco do Brasil.

Porto Velho
R$ 368.750.223,69

Ji-Paraná
R$ 77.546.188,26

Vilhena
R$ 74.892.642,38

Ariquemes
R$ 56.215.025,97

Cacoal
R$ 52.092.592,65

As informações referentes ao repasse de ICMS referente ao FPM constam publicadas no site da SEFIN.
Processo Sei nº 0088.000278/2023-69

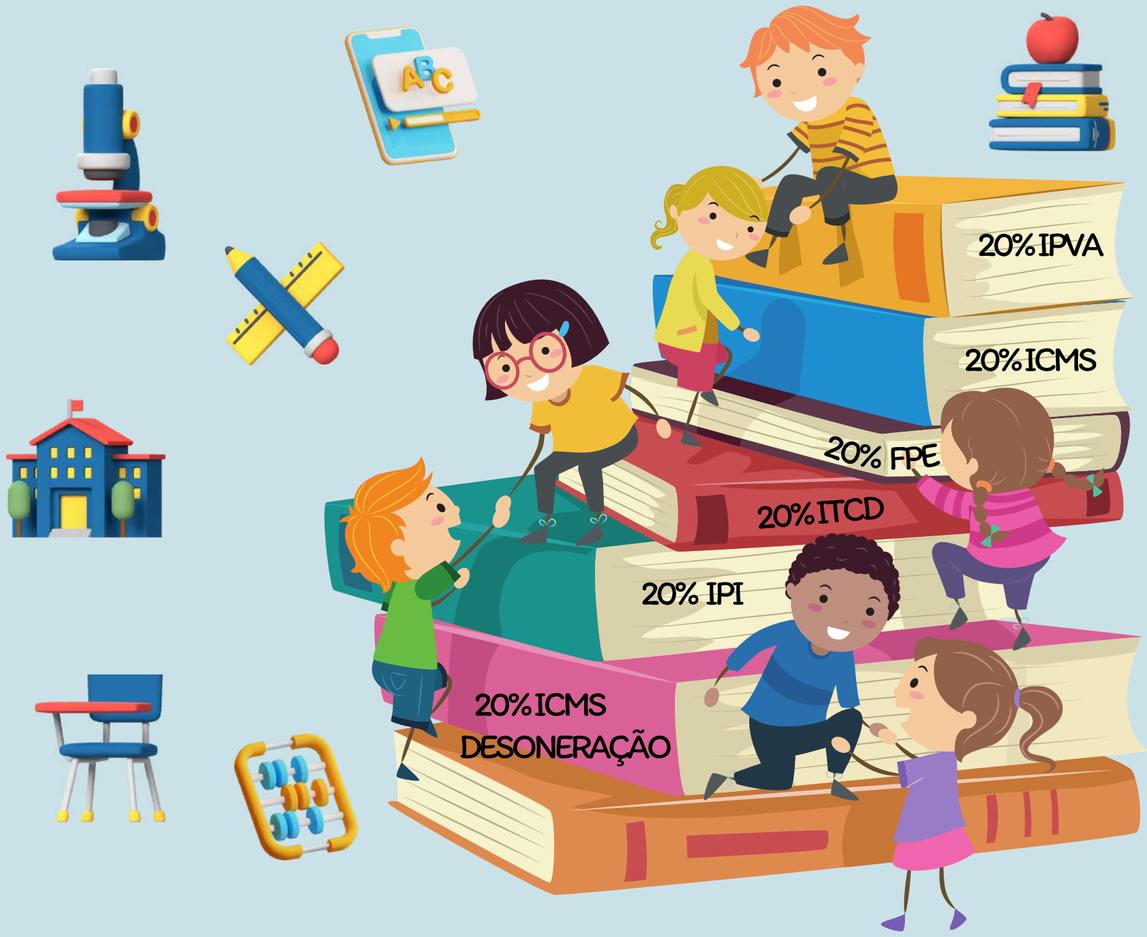
Transferências para o FUNDEB

O FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é um fundo especial onde os Estados e os municípios contribuem com 20% das suas receitas de impostos e transferências para atendimento à educação básica, que abrange tanto a rede estadual quanto a rede municipal de ensino.

Esse valor é dividido entre o Estado e os municípios na proporção do número de alunos atendidos na educação básica presencial das respectivas redes.

No ano de 2022, o Estado repassou ao FUNDEB R$ 1,837 bilhão, e o retorno do FUNDEB para Rondônia foi de R$ 1,363 bilhão, o qual gerou um rendimento de R$ 18,319 milhões, totalizando uma receita de R$ 1,381 bilhão.

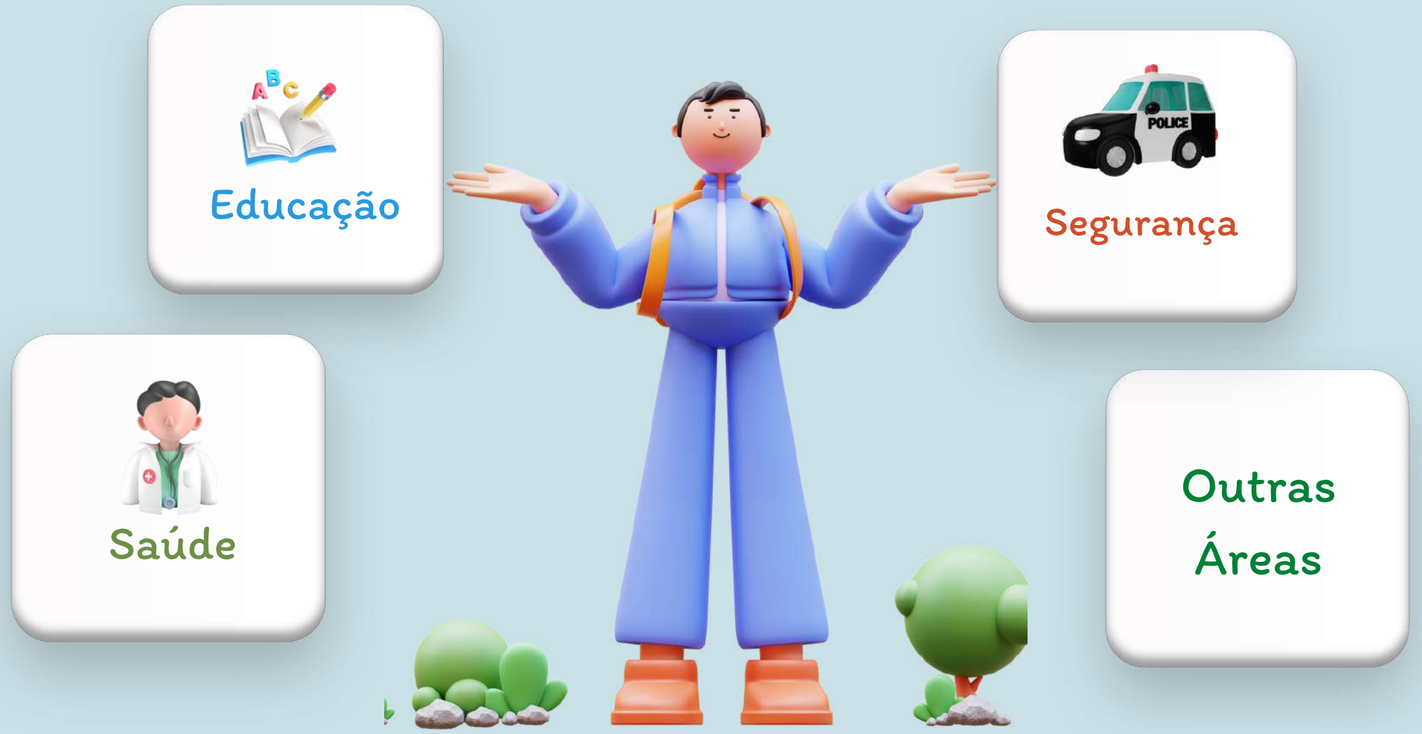
A diferença entre o que o Estado repassa ao fundo e o que recebe de volta, para ser investido na rede estadual de ensino, é denominada de “perda” do FUNDEB e deve ser considerada como aplicação em educação para fins de verificação do mínimo constitucional, uma vez que o recurso saiu dos cofres estaduais para ser investido em educação. Em 2022, a perda do FUNDEB foi de R$ 473 milhões. Na prática, essa perda é revertida em resultados para Rondônia em seu conjunto, pois os recursos são distribuídos entre nossos municípios para o desenvolvimento das crianças e dos jovens.



Quais foram os principais destinos dos recursos arrecadados?

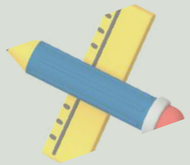
Até aqui, entendemos como funciona a entrada dos recursos estaduais nos cofres públicos, que vai desde a arrecadação bruta, a repartição obrigatória para os municípios, até a necessidade de depositar valores para o Fundeb e atender a outras obrigações. Isso quer dizer que, nem todo o recurso público que ingressa no Estado pode ser utilizado.

A partir desse princípio, será apresentado a aplicação dos valores líquido dos recursos arrecadados pelo Poder Executivo, buscando atender as demandas da sociedade rondoniense, como saúde, educação, segurança pública e demais áreas de governo. Destaca-se que foram aplicados cerca de 11,135 bilhões.



Educação

O texto constitucional assegura que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser garantida uma educação digna, gratuita, pública e de qualidade, sendo este considerado como um direito fundamental assegurado a todos os cidadãos. Os dados apresentados abaixo refletem os valores aplicados em 2022 na função 12 - Educação.



Valor Aplicado
R$ 2,013
bilhões

- Salários e encargos
  R$ 1,395 bilhões
- Obras e demais invest.
  R$ 83,584 milhões
- Demais despesas
  R$ 534,979 milhões

Educação em Números

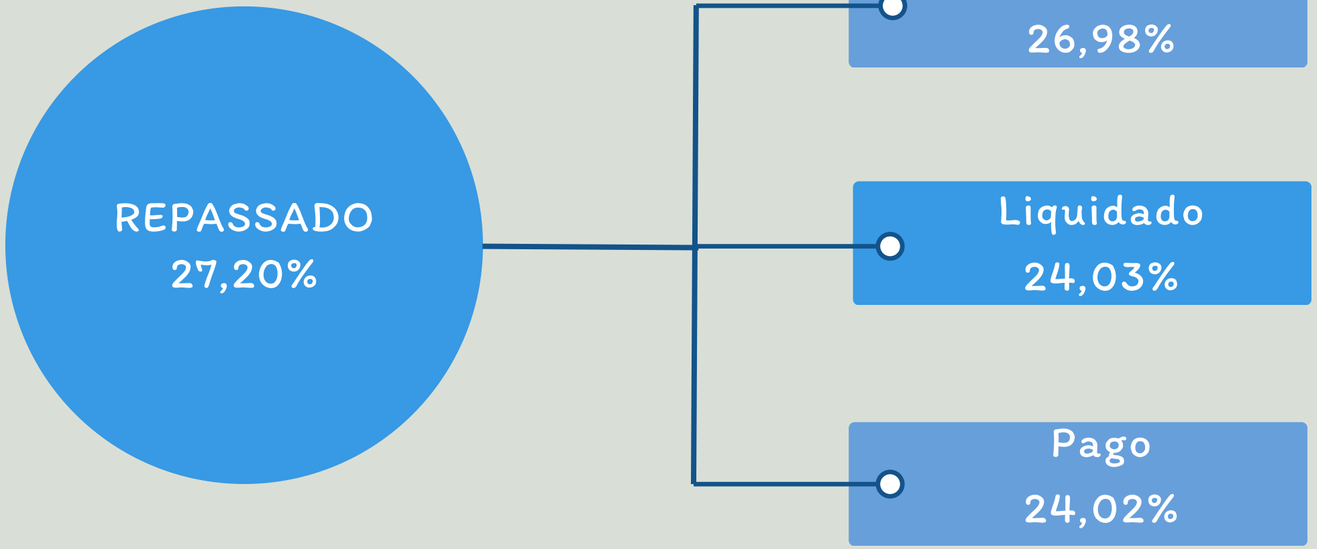
PROJETO BUSCA ATIVA ESCOLAR – BAE
Foram criados 52 Comitês Gestores para atendimento aos 52 municípios do Estado

PROJETO GUAPORÉ DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM RONDÔNIA
Atendimento de 2.835 estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental I

PROJETOS MAIS ESPORTES ESCOLARES
Foram atendidas 17 (dezessete) Coordenadorias Regionais de Educação, 29 (vinte e nove) municípios e 99 (noventa e nove) escolas.

Mínimo Constitucional Educação

A Constituição Federal de 1988 determinou que 25% dos recursos resultantes dos impostos e das transferências dos estados e dos municípios sejam utilizados na manutenção e no desenvolvimento do ensino – MDE, a fim de dar garantia a aplicação mínima em educação. No exercício de 2022 o valor utilizado totalizou 27,20%, ou seja, 2,20% acima do mínimo constitucional, o valor repassado foi executado da seguinte forma:



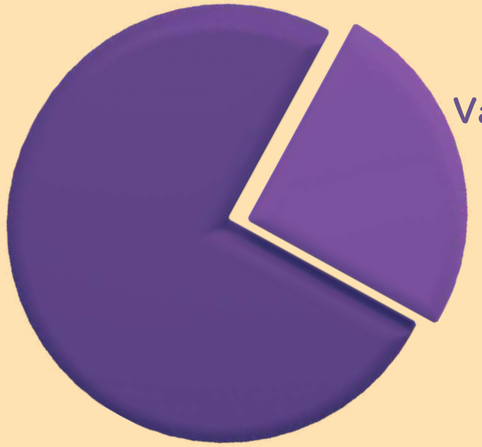
Saúde

A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

A saúde pública tem como objetivo promover a melhoria e o bem-estar dos cidadãos.

Assim, para garantir um melhor funcionamento dos serviços de saúde é necessária atenção especial do Governo, haja vista ser uma das áreas em que a população mais necessita.

Os dados apresentados abaixo refletem os valores aplicados em 2022 na função 10 - Saúde.



Valor Aplicado R$ 1,663 bilhões

- Salários e encargos R$ 829,839 milhões
- Obras e demais invest. R$ 52,601 milhões
- Demais despesas R$ 780,771 milhões

PROGRAMAS

Opera Rondônia - O objetivo do "Opera Rondônia" é ofertar recursos voltados para atenção de média e alta complexidade no Estado, no qual são realizadas cirurgias eletivas, consultas e exames.

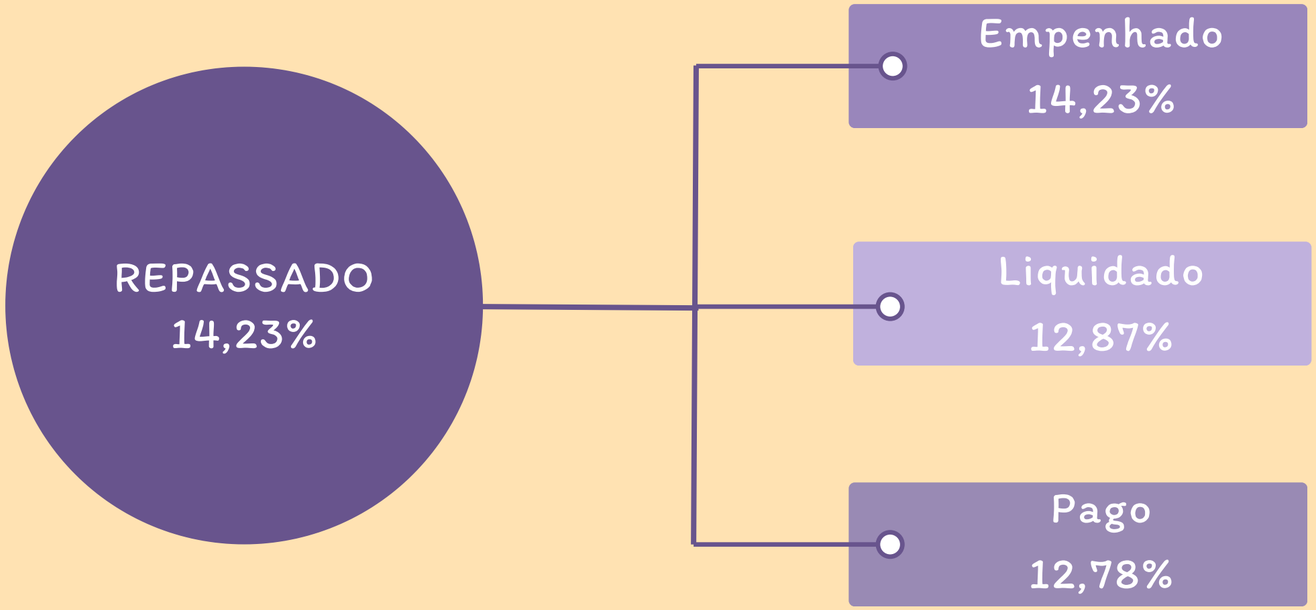
Recursos repassados em 2022 R$ 23.980.375,55

Incentivo Financeiro aos Centros de Atenção Materno Infantil -CREAMI - O programa tem o objetivo de fortalecer e qualificar a Rede de Atenção Materno Infantil no Estado, com o intuito de consolidar as Redes de Atenção à Saúde (RAS), por meio da Atenção Primária à Saúde (APS), proporcionando assistência eficaz, buscando redução da mortalidade infantil e óbitos maternos.

Recursos repassados em 2022 R$ 5.263.187,21

Mínimo Constitucional Saúde

A Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000, determina que os estados apliquem obrigatoriamente em ações e serviços públicos de saúde o mínimo de 12% da Receita Líquida de Impostos – RLI. No exercício de 2022, foi aplicado em Saúde o total de R$ 1.392.070.872,14 (um bilhão, trezentos e noventa e dois milhões, setenta mil, oitocentos e setenta e dois reais e quatorze centavos), que corresponde ao percentual de 14,23%, ou seja, 2,23% acima do mínimo constitucional, o valor repassado foi excutado da seguinte forma:



Segurança

Conforme a Constituição Federal de 1988 diz em seu artigo 144º que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Rondônia reúne Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, a Polícia Civil e a Superintendência de Polícia Técnico Científica, que são responsáveis pela execução das atividades-fim. Os dados apresentados abaixo refletem os valores aplicados em 2022 na função 06 - Segurança.

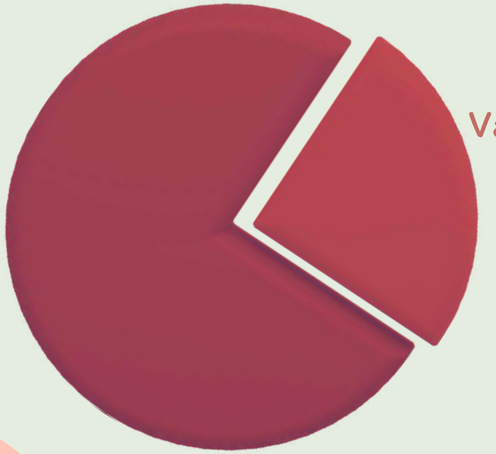
Valor Aplicado
R$ 1.533 bilhões

- Salários e encargos
  R$ 1,171 bilhões
- Obras e demais invest.
  R$ 37,406 milhões
- Demais despesas
  R$ 324,692 milhões

Assistência Social

A assistência social é um direito de todo cidadão que dela precisar, visa a disponibilização de vários serviços que possam garantir ao cidadão amparo em situações nas quais a sua capacidade de acessar seus direitos sociais ficam prejudicados. Seu objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos.

Os dados apresentados abaixo refletem os valores aplicados em 2022 na função 08 - Assistência Social.



Valor Aplicado
R$ 89,160 milhões

- Salários e encargos
  R$ 40,949 milhões
- Obras e demais invest.
  R$ 5,507 milhões
- Demais despesas
  R$ 42,702 milhões

Assistência Social em Números

PROGRAMA PRATO FÁCIL

Foram fornecidas em Porto Velho 513.684 refeições e no interior 259.246, sendo efetivamente pago

R$ 11.214.709,73

PROGRAMA CRESCENDO BEM

Foram pagas 14.999 parcelas, sendo efetivamente pago

R$ 1.781.288,64

PROGRAMA MULHER PROTEGIDA

Foram 1.987 mulheres atendidas, sendo pago efetivamente

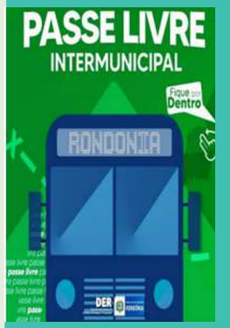
R$ 1.715.200,00

Infraestrutura

Manutenção da malha viária

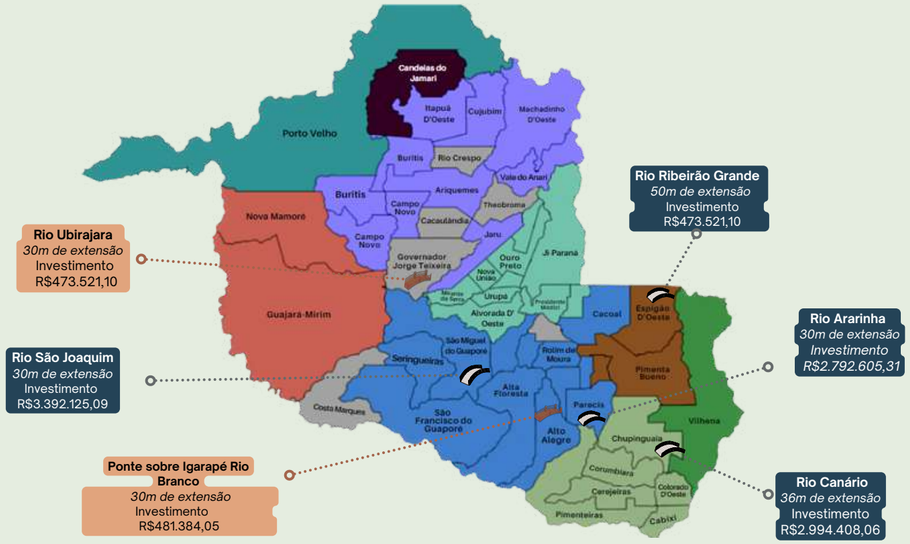
4.500km de manutenção das rodovias primárias e 1.500km de rodovia pavimentada

O Governo do Estado de Rondônia por meio do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, com a missão de construir novos caminhos avançou realizando a manutenção da malha viária e diversas serviços de obras, tornando melhor a trafegabilidade dos cidadãos, facilitando o crescimento da economia, saúde e educação no Estado de Rondônia.



Foram beneficiadas 20.817 (vinte mil, oitocentos e dezessete) pessoas

Pontes contruidas



Rio Ubirajara
30m de extensão
Investimento
R$473.521,10

Rio Ribeirão Grande
50m de extensão
Investimento
R$473.521,10

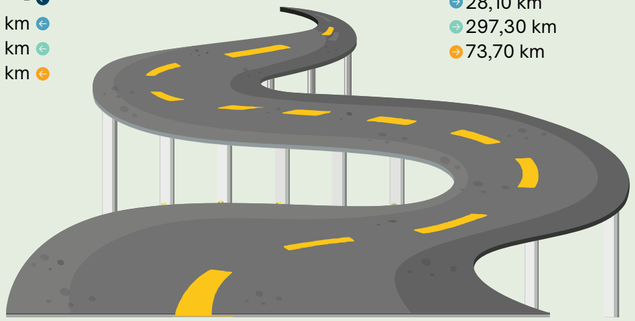
Rio São Joaquim
30m de extensão
Investimento
R$3.392.125,09

Rio Ararinha
30m de extensão
Investimento
R$2.792.605,31

Ponte sobre Igarapé Rio Branco
30m de extensão
Investimento
R$481.384,05

Rio Canário
36m de extensão
Investimento
R$2.994.408,06

Usinas de Asfalto



Ariquemes
29,70 km
115,30 km
316,70 km
40,40 km

Jaru
-
71,95 km
354,64 km
123,90 km

Ji-Paraná
9,15 km
28,10 km
297,30 km
73,70 km

Rolim de Moura
7,02 km
42,37 km
364,42 km
0,80 km

Cacoal
14,77 km
18,25 km
155,70 km
8,67 km

Vilhena
-
2,30km
111,3 km
-

- Pavimentação
- Recapeamento
- Manutenção e Restauração
- Sinalização

Agropecuária

O Valor Bruto da Produção Agropecuária de Rondônia, calculado para 2022, foi estimado em quase 22 bilhões de reais, 7,1% maior do que o obtido em 2021. Os produtos agrícolas de melhor desempenho em 2022, quando comparados entre eles com 2021, são: o café, a soja e o algodão.

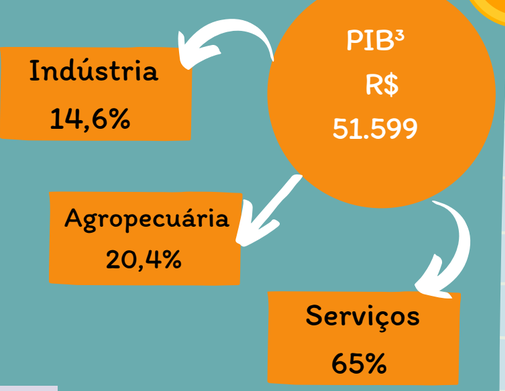
Produtos	Ano		
	2021 (a)	2022 (b)	Variação (b/a)
Bovinos	10.880.895.785	10.018.915.327	-7,90%
Soja	3.532.497.751	4.653.586.677	31,70%
Café	1.878.854.694	2.931.480.859	56,00%
Milho	2.014.159.511	2.417.173.878	20,00%
Leite	1.074.420.815	985.416.961	-8,30%
Banana	206.087.681	215.377.560	4,50%
Mandioca	160.751.271	193.960.112	20,70%
Algodão	142.545.288	177.022.422	24,20%
Arroz	200.501.016	148.099.280	-26,10%
Outros	433.519.744	243.566.192	8,20%
VBP Total	20.524.233.556	21.984.599.268	7,10%

Fonte: Informativo Agropecuário de Rondônia/ EMBRAPA- setembro/2022

Os dados da tabela acima indicam que o VBP dos cinco principais produtos em 2022 (bovinos, soja, café, milho e leite) responde por 95,6% do valor total, com destaque para o valor dos bovinos, que representa 45,6% do VBP rondoniense neste ano.

Produção de Café

Em Rondônia a cultura do café se consolida de forma crescente a cada ano, é uma atividade de grande relevância econômica desde os anos 70 e atualmente se destaca como o maior produtor de café da Região Norte, quinto maior do Brasil e o segundo da espécie canéfora (conilon e robusta).



Produção de Animal

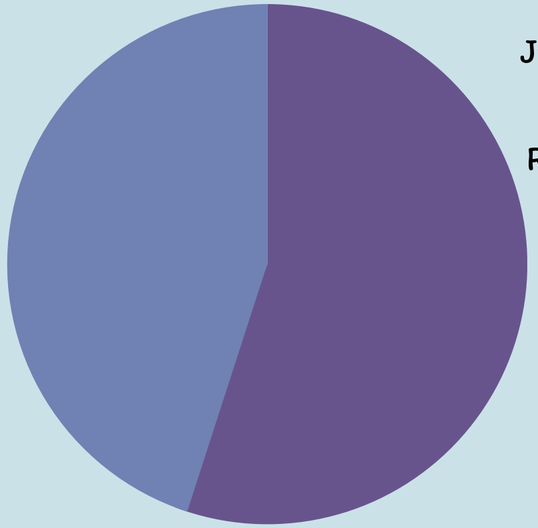
Rondônia tem um efetivo de rebanho bovino total de 17.687.897 de cabeças, sendo que 2.896.053 milhões de cabeças são de bovinos leiteiros, em 25.386 propriedades rurais no Estado (IDARON, 2022).

[3]Dados IBGE 2020

Dívida Pública

Os estados, os municípios e a União prestam serviços e realizam investimentos necessários ao desenvolvimento econômico-social. Para estes fins, utilizam receitas obtidas basicamente na forma de tributo, entretanto, em relação aos gastos públicos com investimentos a receita tributária normalmente é insuficiente, sendo preciso complementá-la. Assim, o setor público recorre à contratação de operações de crédito que lhe disponibilizam recursos, gerando em contrapartida a dívida pública, ou seja, a obrigação contratual de devolver tais recursos em um determinado período de tempo, acrescidos de juros.

As despesas com pagamento da dívida em 2022 totalizaram R$ 220,969 milhões.



Juros e Encargos da dívida
R$ 121,492 milhões

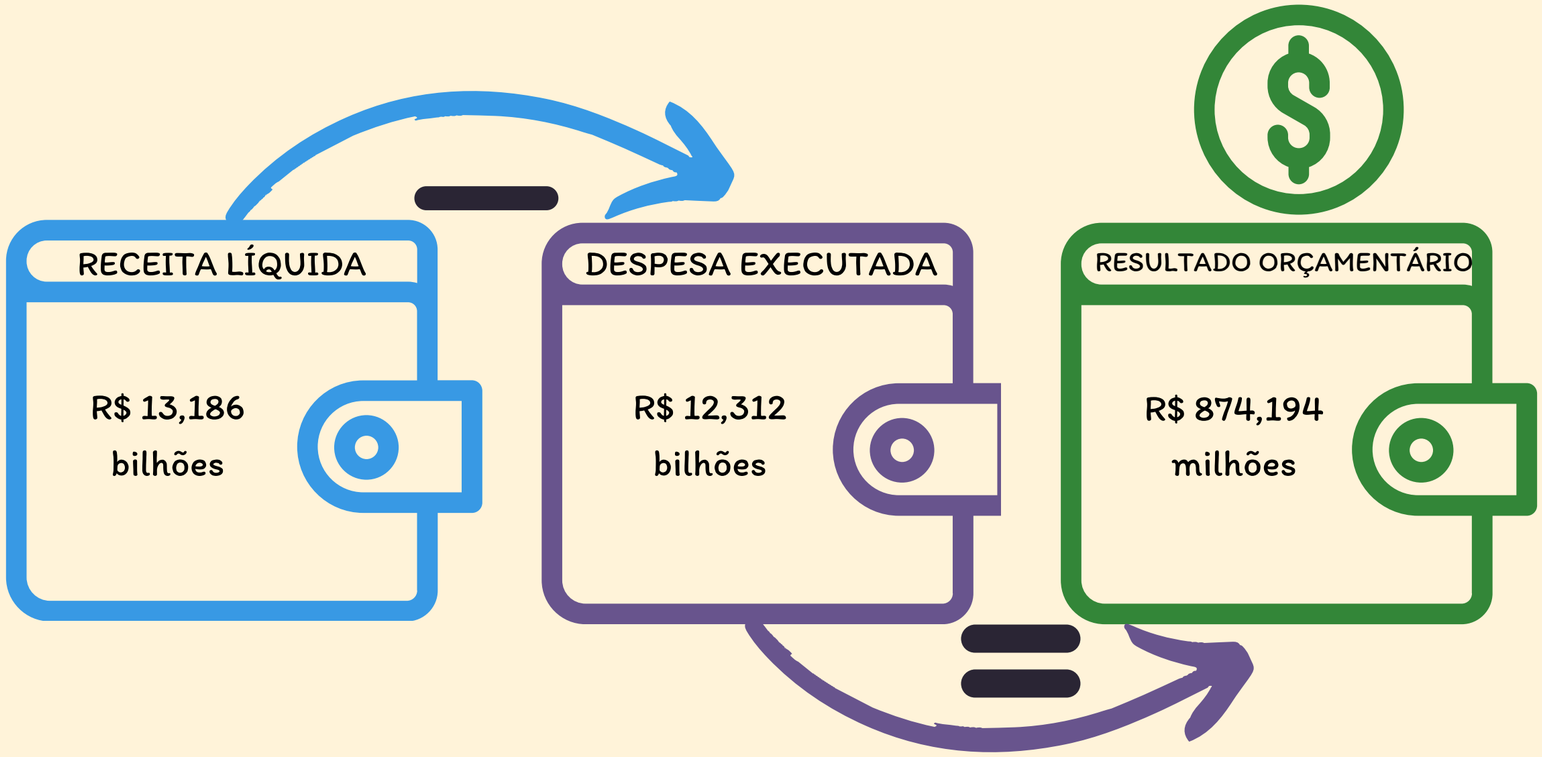
Amortização da dívida
R$ 99,476 milhões

Ao final do ano de 2022, o estoque da dívida pública estadual (valor que ainda falta para o Estado pagar) é de R$ 2,882 bilhões.

ESTOQUE DA DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EM 31.12.2022
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA – EMPRÉSTIMOS INTERNOS	
CT 0270085 - PIDISE/BNDES	4.254.705,13
CT 0270086 - PROINVEST/BB(20/00012-3)	222.433.032,05
CT 0270096 - PAC II - SANEAMENTO-JI-PARANÁ - CEF 349794-71	14.242.896,47
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA – EMPRÉSTIMOS EXTERNO	
CT 0270087 - PROFISCO	20.751.819,17
REESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA DE ESTADOS E MUNICÍPIOS	
CT 0270010 - LEI 9496/97-LIQ. DO BERON	2.575.418.128,50
PARCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	
CT 0027102 - PASEP/PARCELAMENTO (PERT)	18.900.998,15
PARCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	
CT 0270103 - EMATER PREVIDÊNCIA CT103	25.645.502,77
PARCELAMENTOS DO FGTS	
CT 0270105 - EMATER/INDENIZAÇÕES CLT /PGFN	573.490,50
CT 0270116 - EMATER PARC.MULTA/PGFN FGTS	31.761,14

Qual foi o Resultado Apurado?

Após a execução do orçamento, ou seja, as receitas foram arrecadadas, entrando dinheiro nos cofres públicos e os recursos foram gastos, confrontando as receitas líquidas, R$ 13,186 bilhões com as despesas executadas (empenhadas,) R$ 12,312 bilhões, apurou-se o Resultado Orçamentário de R$ 874,194 milhões, conforme representado abaixo:



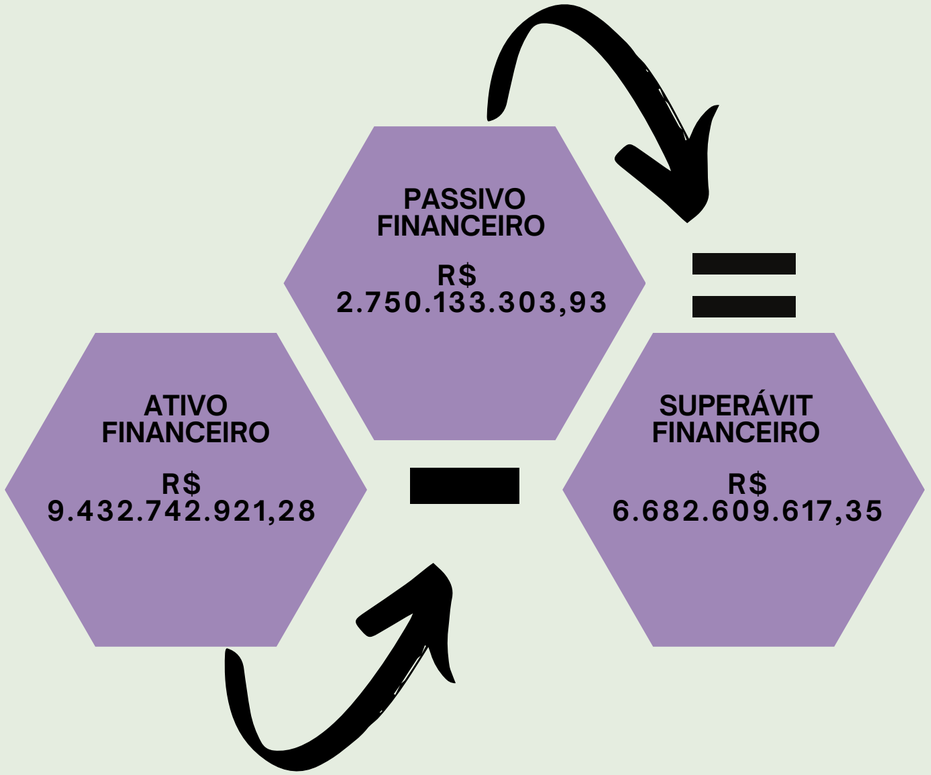
O resultado foi superavitário em R$ 874,194 milhões, indicando que as receitas orçamentárias arrecadadas no ano foram maiores do que as despesas orçamentárias executadas no mesmo período.

Superávit Financeiro

Superávit financeiro é a diferença positiva entre o ativo financeiro, que compreende aos valores de numerário e aos créditos realizáveis que independam de autorização orçamentária, e o passivo financeiro, que abrange as obrigações exigíveis que independam de autorização orçamentária, apurado no Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/1964, podendo ser utilizado como fonte para abertura de créditos suplementares e especiais.

De acordo com o artigo 43 da Lei 4.320/64, o Superávit Financeiro apurado no Balaço Patrimonial pode ser utilizado como fonte de recurso para abertura de crédito suplementares ou especiais

Abaixo pode ser observado que em 2022 o superávit apurado foi de R$ 6.682.609.617,35 (seis bilhões seiscentos e oitenta e dois milhões seiscentos e nove mil seiscentos e dezessete reais e trinta e cinco centavos).



Superávit Financeiro - Poder Executivo

Embora o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/1964, consolidado, ter apresentado o valor de R$ 6.682.609.617,35 (seis bilhões, seiscentos e oitenta e dois milhões, seiscentos e nove mil, seiscentos e dezessete reais e trinta e cinco centavos), cabe destacar que, deste valor R$ 5.315.113.663,64 (cinco bilhões, trezentos e quinze milhões, cento e treze mil, seiscentos e sessenta e três reais e sessenta e quatro centavos) correspondem a fontes vinculadas e R$ 1.367.495.953,71 (um bilhão, trezentos e sessenta e sete milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, novecentos e cinquenta e três reais e setenta e um centavos) equivale ao valor a ser considerado como fonte de abertura de crédito adicional.

Saldo Apurado No Balanço Patrimonial Consolidado	**1.367.495.953,71**
Assembleia Legislativa	87.647.206,18
Tribunal de Contas	32.363.407,91
Fundo do Tribunal de Contas	26.646.692,35
Ministério Público	129.046.348,16
Tribunal de Justiça	196.408.685,75
Defensoria Pública	47.436.299,78
Saldo Líquido para abertura de crédito adicional no Executivo sem considerar as deduções	**847.947.313,58**

Saldo Líquido para abertura de crédito adicional no Executivo sem considerar as deduções	**847.947.313,58**
(-) FUNDEB ICMS	-4.720.175,26
(-) Precatórios	-323.855.808,08
(-) Demais Obrigações Atributo P	-2.188.137,68
(-) Excesso ao IPERON	-251.625.812,71
(-) Heuro Fonte 0100	-1.153.111,24
(-) Heuro Fonte 0300	-50.000.000,00
(-) Crédito Especial PGE	-3.206.579,40
Saldo Líquido para abertura de crédito adicional no Executivo considerando as deduções	**211.197.689,21**

Vamos construir um Estado melhor?

Que tal você ajudar a governar nosso Estado, afinal, dinheiro público é da sua conta.

Vamos entender como!

1 - Fiscalizar a aplicação dos recursos públicos através do acesso ao Portal Transparência (site www.transparencia.ro.gov.br). No Portal você tem a possiblidade de acompanhar gastos/despesas, receitas ou arrecadação, despesas com diárias de viagem, convênios, compras, aquisições e contratos, planejamento e resultados, informações socioeconômicas do Estado, prestação de contas do Governador de forma detalhada, dentre outras informações que pode ajudar você a exercer a sua cidadania. O Portal Transparência é uma ferramenta que permite ao cidadão conhecer, questionar e atuar, também, como fiscal da aplicação de recursos públicos, exercendo assim seu papel no Controle Social da gestão governamental.

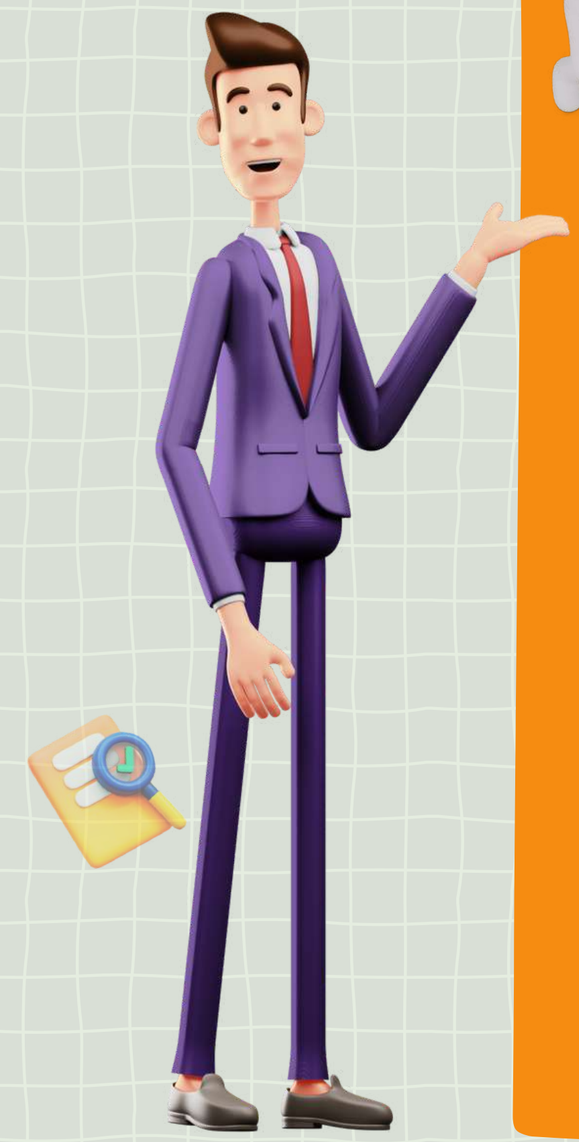
TRANSPARÊNCIA
RONDÔNIA

e-SIC

2 - Você também pode acessar o E-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão) que permite a qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhar pedidos de acesso à informação para órgãos e entidades do Poder Executivo do Governo do Estado de Rondônia, através do site: esic.cge.ro.gov.br. Além de fazer o pedido, será possível acompanhar o prazo pelo número de protocolo gerado e receber a resposta da solicitação por e-mail; entrar com recursos, apresentar reclamações e consultar as respostas recebidas. O objetivo é facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas.

3 - Ainda há como participar das audiências públicas, que acontecem durante a elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), e apresentar propostas que beneficiem a sua comunidade ou alguma política pública que afete diretamente a população. A audiência pública mostra-se um mecanismo eficiente na busca do aperfeiçoamento dos mecanismos de definição das prioridades de investimentos estatais nas chamadas políticas públicas.

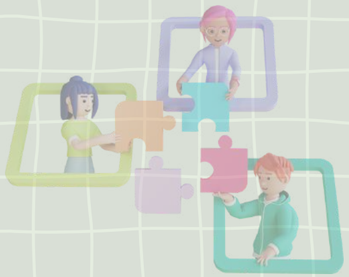
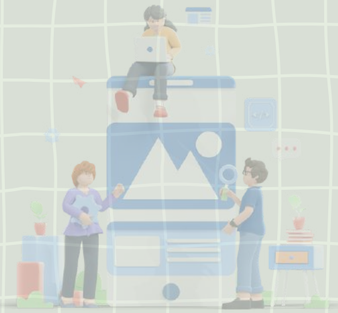
AUDIÊNCIA PÚBLICA



Aqui, finalizamos o Balanço Cidadão 2022!

Desta forma, espera-se que este documento possa proporcionar a você cidadão a oportunidade de entender um pouco mais sobre a gestão dos recursos públicos, bem como auxiliar como ferramenta de controle social para o exercício da sua cidadania.

Pois, é a partir da participação da sociedade, no acompanhamento e verificação da execução das políticas públicas, avaliando os objetivos, processos e resultados, associado ao processo de transparência pública, que os cidadãos poderão intervir na tomada de decisão administrativa, instruindo e cobrando da Administração que adote medidas que atendam verdadeiramente ao interesse público.

LEMBRE-SE !!

Você Cidadão, não é apenas um mero espectador das realizações do poder público, sua participação é fundamental para construção de um futuro melhor para todos nós.